

LEITURA / ANÁLISE / LEITURA

Heda Caminha-Maurice

Alice Campos Moreira

Ir. Elvo Clemente

Núcleo de Investigações Pedagógico-Literárias*

PUCRS

Após a publicação do livro **Estudante de Letras, Eu?** de Heda Caminha-Maurice, propomo-nos no presente artigo discutir questões ligadas à leitura e análise, enquanto atividades fundamentais à abordagem do texto.

Para tanto, definiremos **leitura** como a atividade que considera o texto em sua relação com o homem e suas circunstâncias (dimensão semântico-pragmática); e **análise** como a atividade que considera o texto enquanto sistema de signos (dimensão semântica).

A leitura/análise, assim definidas, possibilita compreender um dos problemas mais graves do estudante de Letras: a relação de transparência estabelecida, inadvertidamente, entre mundo construído pelo texto e mundo real. A própria dimensão semântico-pragmática que orienta a atividade de leitura em relação ao mundo tende a subverter o estatuto do texto, que reside em sua dimensão semiótica. Ou seja, ao recusar a análise que considera o texto como

* Criado em 1982 por um grupo de docentes da Pucrs — Ir. Elvo Clemente, Alice Campos Moreira e Heda Caminha-Maurice — O Núcleo de Investigações Pedagógico-Literárias tem desenvolvido projetos e publicado livros e artigos voltados sobretudo para questões teórico-práticas do ensino das Letras.

um sistema de signos, o leitor cai na armadilha-proposta pela própria dimensão semântico-pragmática do texto que vai levar à substituição do pacto inicial da leitura ficcional por um equívoco: o texto passa a ser a realidade.

Essa recusa da análise invalida a atividade de leitura, ao negar a própria existência do texto, enquanto objeto construído pela linguagem, ao arrancá-lo de sua realidade ficcional para reduzi-lo a uma dimensão semântico-pragmática previamente existente, esse falso leitor, ao confundir o efeito de real proposto pelo texto com o real fora do texto, nada mais é do que vítima da armadilha de uma ilusão de real.

Disso resulta a seguinte reflexão: todo processo de leitura implica análise e pode ser equacionado da seguinte forma: leitura/análise/leitura. Tal processo que na sua globalidade envolve:

1º) Uma postura de leitor que re-conheça o texto enquanto objeto literário. Reconhecimento esse que se apóia, inicialmente, em elementos paratextuais mais evidentes, tais como, nome do autor, título, capa, orelhas, paginação, etc.

2º) Uma vez re-conhecido o texto, firma-se o pacto de leitura com o autor. O leitor, nesse momento, deve considerar: a) que o autor se apresenta desdobrado em sujeito agente, extratextual, e sujeito enunciador, textual, e que ele, leitor, também sofre um desdobramento em correlação à instância produtora, isto é, assume os papéis de sujeito agente-interpretante¹ — extratextual — e de sujeito destinatário — intratextual —; b) que o texto foi produzido a partir dos saberes sobre o mundo e sobre a linguagem que o autor possui e das hipóteses por ele estabelecidas em relação ao seu possível leitor, ou seja, a partir da imagem que o sujeito produtor se faz de seu interlocutor e de seus saberes, ele "encena" um sujeito destinatário — textual — que pode ou não ser assumido pelo sujeito interpretante.

Considerando esse desdobramento, o leitor deve recorrer a seus saberes sobre o objeto literário, levantando hipóteses sobre o autor e sobre o que é dito, isto é, considerar o texto como um sis-

tema de signos que, mesmo acenando para o real, se enraiza no ficcional a partir do qual deve ser avaliado. Atuando dessa forma, o leitor escapa não apenas da leitura "ingênua", que o leva a estabelecer uma relação de transparência entre sujeito extratextual — autor — e sujeito que fala no texto, mas também, da armadilha que o leva a anular-se enquanto sujeito leitor-interpretante, que, orientado pelos signos do texto, constrói sentido(s), recusando-se, assim, a colar sobre o texto estereótipos ou o discurso social circundante.

3º) Uma verificação das hipóteses inicialmente levantadas sobre o autor e sobre o que é dito. Tal verificação vai considerar o texto em sua relação com o mundo e enquanto sistema de signos, oportunizando a avaliação do mundo possível proposto pela linguagem e evitando, assim, a postura do leitor incipiente ("ingênuo") que recorta o texto com a grade prévia de seus saberes sobre o mundo e de entendimento da realidade, equivocando-se e fazendo, dessa forma, o texto calar.

Dessa maneira, o leitor consciente de seu papel de sujeito-interpretante não seria mais o leitor do equívoco, uma vez que não aceita o que é dito como expressão de um real pré-existente, mas de um efeito de real proposto pelo texto a ser decifrado. Trata-se de um processo avaliador alicerçado em modalizações propostas pelo texto e verificadas pelo leitor que inicia um diálogo, uma confrontação entre o mundo possível produzido pelo ato de escrita e os seus saberes.

Estabelecer relações do texto com o social, coloca, quase sempre, o leitor em uma situação bastante delicada: ou reduz o texto a uma temática diretamente vinculada a uma visão de mundo previamente estabelecida, orientada por um conjunto de normas que atuam antecipadamente sobre o sentido a ser construído; ou se limita a uma postura imanente, lendo o texto apenas do ponto de vista interno, ignorando, dessa forma, outros elementos que contribuem para que se estabeleça uma mediação entre texto e sociedade/texto e realidade.

Se considerarmos a proposta de Philippe HAMON, em "Texte et idéologie"², podemos constatar que todo o texto já traz ins-

1. Entendemos por interpretante o sujeito agente, livre, responsável pela recepção/produção do texto e que escapa ao domínio do sujeito produtor do discurso.

2. HAMON, Philippe. *Texte et idéologie*. POETIQUE, n.49, fev.82, p.105-25.

crita em seu discurso as normas avaliadoras previamente estabelecidas pela instância produtora, cabendo ao leitor decifrá-las de acordo com o que ele conhece do autor e das normas que determinam sua escrita.³

As noções de "norma", "valor" e de "relação" actancial, segundo o Autor, implicam, no mínimo, sujeito e mediação, porque há intrusão de vozes diferentes — do narrador ou dos personagens — que avaliam estados ou processos a eles concernentes. A avaliação normativa pode, assim, manifestar-se de diversas formas e o objeto de avaliação pode ser investido previamente de um valor positivo ou negativo. Quando essa avaliação é feita posteriormente, é possível situar quatro relações privilegiadas: as que consistem na **manipulação de utensílios**, isto é, de mediadores entre um sujeito individual e um objeto ou material utilitário; as que constituem **manipulações de signos lingüísticos**, isto é, que utilizam a linguagem como mediador entre um sujeito individual e um outro sujeito individual ou plural; as que consistem na **manipulação de condutas** (princípios éticos, costumes, leis), isto é, quando essa é mediadora entre os sujeitos individuais e coletivos; e finalmente as que consistem na **manipulação de cânones estéticos**, isto é, a grande estética e mediadora entre um sujeito individual, sensorial e coleções de sujeitos ou de objetos não utilitários.

A noção de mediação nos parece aqui fundamental, pois implica não apenas a noção de actantes,⁴ mas a relação discreta dessa relação. As relações mediatizadas remetem aos diversos tipos de manipulação que vão resultar em modalizações do discurso. Dessa forma, os pontos de alforamento/intrusão privilegiados do efeito-ideologia se definem num texto como pontos do discurso ou pontos deontológicos que se podem desdobrar em relação ao narrador ou à(s) personagem(ns) e articularem-se em linhas do discurso, enquanto fala do personagem, linhas de ação, linhas de mira e linhas de conduta. Por exemplo: 1. **as modalidades apreciativas** da fala (signos lingüísticos: linhas do discurso) de um personagem ou narrador, de acordo com as normas gramaticais: correto/incorreto; le-

3. BARTHES, Roland. *O grau zero da escritura*. São Paulo, Cultrix, 1974.

4. Entendemos por actante o sujeito agente a quem se atribui uma função definida em relação ao sistema de comunicação.

gível/ilegível; gramatical/agramatical, etc. (saber-dizer); 2. **as modalidades avaliadoras** de sua competência ou performance técnica (instrumentos: linhas de ação) em conformidade ou não com o programa estabelecido: bem/mal; sucesso/fracasso; acabado/inacabado, (saber-fazer); 3. **as modalidades avaliadoras** de sua percepção do mundo (cânones estéticos: linhas de mira) que filtram e codificam apriori suas sensações: belo/feio; eufônico/cacofônico; amargo/doce; liso/rugoso; cheiroso/mal cheiroso; (saber-viver); enfim; 4. **as modalidades avaliadoras**, regulamentadas pelas linhas de conduta que regem as relações das pessoas em coletividade: etiquetas — conveniente/inconveniente —; leis — privado/público —; código — inocente/culpado —; hierarquia — superior/inferior —; ritual — profano/sagrado.

Esses quatro sistemas normativos, não sendo incompatíveis, podem-se manifestar concentrados no mesmo ponto do texto ou disseminados, apresentando uma dominante normativa que orienta o processo de leitura do efeito-ideologia. Dessa forma, diversos procedimentos de avaliação podem ocorrer separada ou simultaneamente, referentes: 1) à **forma de avaliação** (conformidade ou não a um modelo; prescrever, proscrever ou ser permissivo); 2) ao **ponto de avaliação** sobre o qual a norma repousa e que se pode articular a partir de um estado, de ato de uma personagem, de um estado prévio à ação ou de um estado resultante da ação; 3) à **origem da instância avaliadora** que se pode situar em uma ou várias personagens (narradores ou atores); ao número de normas convocadas no mesmo ponto do texto que podem dar origem a uma tipologia das dominantes normativas textuais.

Complementando o acima exposto, afirmamos, ainda, que um tal processo de leitura/análise/leitura implica re-conhecer aspectos simbólicos que por sua vez dependem de uma correta avaliação do ponto ideológico do texto, isto é, do ponto de alforamento de um sistema relacional complexo que pode estar inscrito tanto na dimensão paradigmática do texto quanto na sua dimensão sintagmática. Esse "efeito-ideologia"⁵ remete a uma questão controvertida: a da ideologia. Entendemos "ideologia" como

5. HAMON, Philippe. (1982).

um sistema de representações do real no sentido em que os signos eles próprios recortem, organizem e estruturam o real. A ideologia, assim entendida, tem seu ponto de afloramento na comparação, uma vez que é essa que estabelece, implícita ou explicitamente, uma relação entre pelo menos dois sujeitos e uma norma avaliadora, o que pressupõe a avaliação do texto como uma "asserção complementar", fundamentada no estabelecimento de uma relação/comparação entre instâncias avaliadoras presentes no enunciado (narrador, personagem, destinatário) que instauram processo e norma avaliadoras. Tal postura evitaria a distorção do efeito-ideologia: não é o real que vem se representar no texto, mas as relações estabelecidas pelo enunciado é que produzem o efeito de real e o "efeito-ideologia" que não se confundem com o próprio real/social.

ABORDAGEM DO TEXTO

Considerações preliminares

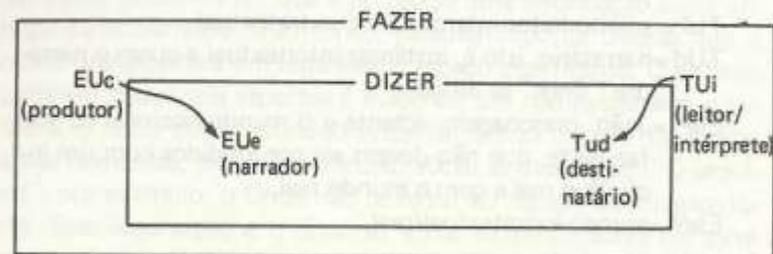
Antes de passarmos à abordagem do texto "O arquivo" de V. Giudice, revisemos alguns pontos essenciais a toda abordagem textual:

1. O funcionamento da linguagem no texto

1º) Como todo texto, o texto literário é um objeto construído com palavras, o que pressupõe a utilização da linguagem enquanto representação/encenação de um ato de comunicação.

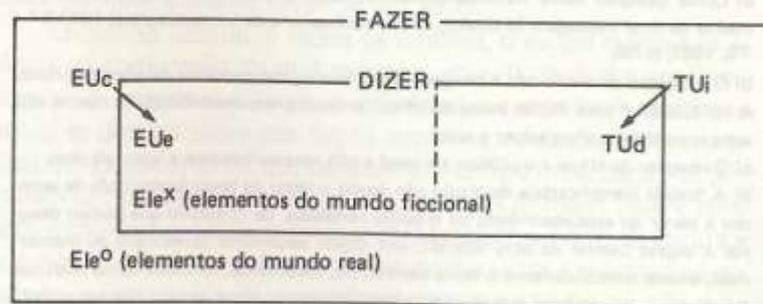
2º) Para compreender esse ato de linguagem, é necessário saber que ele se dá entre dois sujeitos, um Eu e um Tu, que se apresentam desdobrados: o Eu se desdobra em um Eu comunicante, sujeito que está fora do texto e que é o seu produtor e em Eu enunciativo, sujeito que fala no texto; o Tu se desdobra em Tu interpretante, sujeito que está fora do texto e que é independente da instância produtora (EUc) e em Tu destinatário, situado no espaço textual, sujeito construído pela instância produtora e dela dependente.

3º) Cada um desses sujeitos tem sua posição definida em dois espaços: o circuito do Fazer onde se situam o EUc e o TUi; e o circuito do Dizer, decorrente do Fazer onde se situam o Eue e o TUd. No texto "O arquivo", por exemplo, teríamos:



4º) O Eu comunicante coloca em cena, no Circuito do Dizer, além dos sujeitos enunciativo e destinatário, os elementos do mundo ficcional (diegese), como, por exemplo, o personagem João em "O arquivo" e todo o universo imaginário que o circunda. Devemos observar, entretanto, que da mesma forma que os sujeitos EU e TU se desdobram e se situam em dois circuitos, os demais elementos constitutivos da diegese remetem/acenam constantemente para o circuito extratextual, o do Fazer, sem, no entanto, a ele se identificarem.

Ou seja, retomando o esquema anterior:



5º) As marcas enunciativas devem ser buscadas no enunciado, mas sempre em consonância com o acima exposto. Assim sendo, em "O arquivo" teríamos:

EUc = produtor do texto, sujeito extratextual.

EUe = narrador implícito ou explícito que fala no texto, sujeito intratextual.

TU_i = sujeito leitor-interpretante, extratextual.

TU_d = narratário, isto é, instância intratextual a quem o narrador "finge" se dirigir.

Ele^X = João, personagem, actante e o mundo ficcional de que faz parte, que não devem ser confundidos com um indivíduo real e com o mundo real.

Ele^O = mundo extratextual/real.

2. O Incipit: lugar estratégico da textualização

O início de um texto é o lugar estratégico de uma textualização condicionado por sua relação:

a) com o título que questiona o texto e orienta a leitura;⁶

b) com o extratextual necessário à percepção de "como se fosse" o mundo;

6. Convém observar que:

a) Como qualquer outra instância de comunicação, a instância titular se compõe ao menos de uma mensagem (o título), de um destinador e de um destinatário (GENETTE, 1987, p.70).

b) O produtor do título não é obrigatoriamente o sujeito produtor da obra intitulada. A intitulação é obra muitas vezes do editor, embora a responsabilidade da mesma seja sempre partilhada entre editor e autor.

c) O receptor do título é o público em geral e não necessariamente o leitor da obra.

d) A função identificatória do título não isenta o leitor da busca/construção de sentidos a partir do estabelecimento de relações temáticas, de conteúdo que podem designar o objeto central da obra (literal), um objeto secundário (sinédoque ou metonímia); evocar simbolicamente o tema central, ou, finalmente, funciona como antífrase ou ironia — ou remética que se caracterizam por visar o texto em si e não seu objeto, como, por exemplo, o caso de títulos genéricos (contos, fábulas...) ou paragenéricos (meditações, coletânea, divagações...).

c) com o textual e com um tipo de retórica de abertura cujos procedimentos de encenação visam a responder perguntas nucleares do relato:

QUEM? João e todos os enunciados que o caracterizam;

ONDE? lugar romanesco cuja leitura abarca três aspectos: lugar-signo, ambiente em que é percebida uma informação sobre um lugar-particularizado (escritório), característico da diegese que o relato transformará em lugar-valor, espaço significante. O entrelaçamento desses três aspectos é evidente: um não existe sem o outro. E o leitor deve sobretudo evitar de reduzir o lugar romanesco a sua referência, isto é, ao discurso social existente. Em "O arquivo", por exemplo, o Onde não se reduz ao espaço de um escritório. Esse lugar-signo e o discurso social existente sobre ele serve apenas de tela onde se projetará um lugar particularizado que o relato transforma em lugar-símbolo.

QUANDO? tempo narrativo que remete ao: tempo do histórico e social (indicações que remetem ao século XX e a um tipo de organização social); tempo da diegese (período da vida funcional de João, da admissão à aposentadoria); tempo significante, tempo-valor (duração simbólica).

Situando-nos, assim, neste lugar crítico que é o início (incipit) de "O arquivo", nos limitaremos inicialmente à primeira frase — da maiúscula inicial ao primeiro ponto —, pois o estudo da(s) primeira(s) frase(s) de um texto constitui uma espécie de prope-dêutica a uma verdadeira leitura do texto e de suas relações com o mundo, ao aproximá-lo de suas condições reais de existência, e um passo essencial à análise social de um texto.

Enquanto umbral, e todos os umbrais, o incipit marca a existência da conjugação de dois espaços: um extratextual e um intratextual; o mundo e o texto; a referência e a escrita. A seqüência inicial se destaca sobre um fundo implícito de alusões socio-históricas ou socio-culturais que definem um campo intelectual e determinam um patamar/entrada de percepção. A primeira frase é também o momento decisivo em que se estabelece o pacto de leitura a que nos referimos anteriormente, no qual o leitor é solicitado a ser sujeito interpretante da experiência que o texto lhe propõe e da memória de experiências já vividas o que lhe possibilitará estabele-

cer a mediação do dito do mundo (discurso social existente sobre o tema) e do dito do texto (discurso do texto).

É aí que os pontos de afloramento do efeito-ideologia, acima referido, e da norma avaliadora devem ser identificados pelo leitor intérprete.

Tomemos "O arquivo", de Victor Giudice, e consideremos que, para apreciar a textualização do efeito-ideologia inscrito nesse texto, o leitor-intérprete deverá:

1 – Verificar que, no circuito interno do Dizer, o sujeito enunciador da narrativa (o narrador) constrói um Tu destinatário que aparentemente aceita o dito e compartilha a norma avaliadora da personagem.

2 – Precisar o mal-estar que essa norma-avaliadora inscrita no dito provoca no leitor-intérprete que, ao compará-lo às normas inscritas no circuito do Fazer em que ele se situa, não poderá considerá-la aceitável.

Vejamos, a título de ilustração, o início (incipit) do texto:

"No fim... chefe."

Esse início (incipit) funciona como gancho/engate e remete, assim, a um fora do texto, o que abre a brecha para o estabelecimento de uma relação equivocada: o leitor ingênuo passa a ver João como pessoa e não como personagem, porque o actante do circuito interno acena para um actante do circuito externo entre os quais pode-se situar o próprio leitor.

Para evitar-se um tal equívoco é necessário perceber desde o início as marcas textuais que constituem pontos de afloramento da avaliação onde se inscreve o conflito entre duas normas avaliadoras: a da personagem e a do intérprete.

Vejamos mais detalhadamente o enunciado:

"No fim... vencimentos".

A expressão "obteve uma redução de vencimentos" cria um estranhamento para o leitor-intérprete, porque no circuito externo do Fazer onde ele se situa seria improvável e até mesmo ilógico aceitar-se a idéia de que alguém possa esforçar-se para ver seu salário reduzido. É nesse instante que a competência do sujeito interpretante se faz fundamental: 1. ele deve fugir da armadilha que o leva a querer arrancar/transpor João de seu contexto de criação para instalá-lo no mundo do intérprete e aí colocá-lo em julgamen-

to e com ele todos aqueles que de uma certa forma têm a mesma atitude diante de uma tal situação; 2. procurar o efeito ideológico proposto por um sujeito enunciador que finge uma atitude neutra para melhor evidenciar ao destinatário a censura implícita e apresentada de forma irônica, ao inverter a relação ética de trabalho; 3. perceber que das linhas de conduta da personagem, traçados por esse narrador irônico aflora o efeito-ideologia que se fundamenta em norma avaliadora do "saber-fazer" e do "saber-viver" da personagem as quais entram em conflito com as mesmas normas avaliadoras pertinentes a um discurso social corrente. Essas normas incidem sobre um programa de estado do personagem localizado principalmente em três pontos: nas expressões "no fim de um ano de trabalho", "obteve" e "redução". O procedimento de avaliação nesse caso se dá, sobretudo, pela manipulação de princípios sociais (linhas de conduta – dominante ética), ao inverter noções de sucesso e fracasso perturbando normas éticas e técnicas. O inusitado da proposta leva a identificar como marca da ironia essa incompatibilidade, isto é, a inversão do programa de promoção pela redução gradual do salário e pela trajetória descensional de vida da personagem.

O leitor intérprete que decifrar as peças desse jogo preliminar, proposto no **incipit**, terá a chave para prosseguir a leitura do texto, pois o **incipit**, enquanto lugar estratégico de textualização, fornece todos os elementos necessários a uma leitura continuada. É nesse primeiro contato que o leitor pode perceber as condições de legibilidade do produto textual e levantar hipóteses de leitura que serão completamente verificadas ao final do texto.

O ARQUIVO

Victor Giudice*

No fim de um ano de trabalho, João obteve uma redução de quinze por cento em seus vencimentos.

João era moço. Aquele era seu primeiro emprego. Não se mostrou orgulhoso, embora tenha sido um dos poucos contemplados. Afinal, esforçara-se. Não tivera uma só falta ou atraso. Limitou-se a sorrir, a agradecer ao chefe.

No dia seguinte, mudou-se para um quarto mais distante do centro da cidade. Com o salário reduzido, podia pagar um aluguel menor.

Passou a tomar duas conduções para chegar ao trabalho. No entanto, estava satisfeito. Acordava mais cedo, e isto parecia aumentar-lhe a disposição.

Dois anos mais tarde, veio outra recompensa.

O chefe chamou-o e lhe comunicou o segundo corte salarial.

Desta vez, a empresa atravessava um período excelente. A redução foi um pouco maior: dezessete por cento.

Novos sorrisos, novos agradecimentos, nova mudança.

Agora, João acordava às cinco da manhã. Esperava três conduções. Em compensação, comia menos. Ficou mais esbelto. Sua pele tomou-se menos rosada. O contentamento aumentou.

Proseguia a luta.

Porém, nos quatro anos seguintes, nada de extraordinário aconteceu.

João preocupava-se. Perdia o sono, envenenado em intrigas de colegas invejosos. Odiava-os. Torturava-se com a incompreensão do chefe. Mas não desistia. Passou a trabalhar mais duas horas diárias.

Uma tarde, quase ao fim do expediente, foi chamado ao escritório principal.

Respirou descompassado.

— Seu João. Nossa firma tem uma grande dívida com o senhor.

João baixou a cabeça em sinal de modéstia.

— Sabemos de todos os seus esforços. É nosso desejo dar-lhe uma prova substancial de nosso reconhecimento.

O coração parava.

— Além de uma redução de dezessete por cento em seu ordenado, resolvemos, na reunião de ontem, rebaixá-lo de posto.

A revelação deslumbrou-o. Todos sorriam.

— De hoje em diante, o senhor passará a auxiliar de contabilidade, com menos cinco dias de férias. Contente?

Radiante, João gaguejou alguma coisa ininteligível, cumprimentou a diretoria, voltou ao trabalho.

Nesta noite, João não pensou em nada. Dormiu pacífico, no silêncio do subúrbio.

Mais uma vez, mudou-se. Finalmente, deixara de jantar. O almoço reduzira-se a um sanduíche. Emagrecia, sentia-se mais leve, mais ágil. Não havia necessidade de muita roupa. Eliminara certas despesas inúteis, lavadeira, pensão.

Chegava em casa às onze da noite, levantava-se às três da madrugada. Esfregava-se num trem e dois ônibus para garantir meia hora de antecedência.

A vida foi passando, com novos prêmios.

Aos sessenta anos, o ordenado equivalia a dois por cento do inicial. o organismo acomodara-se à fome. Uma vez ou outra, saboreava alguma raiz das estradas. Dormia apenas quinze minutos. Não tinha mais problemas de moradia ou vestimenta. Vivia nos campos, entre árvores refrescantes, cobria-se com os farrapos de um lençol adquirido há muito tempo.

O corpo era um monte de rugas sorridentes.

Todos os dias, um caminhão anônimo transportava-o ao trabalho.

Quando completou quarenta anos de serviço, foi convocado pela chefia:

— Seu João. O senhor acaba de ter seu salário eliminado. Não haverá mais férias. E sua função, a partir de amanhã, será a de limpador de nossos sanitários.

O crânio seco comprimiu-se. Do olho amarelado, escorreu um líquido tã-nue. A boca tremeu, mas nada disse. Sentia-se cansado. Enfim, atingira todos os objetivos. Tentou sorrir:

— Agradeço tudo que fizeram em meu benefício. Mas desejo requerer minha aposentadoria.

O chefe não compreendeu:

— Mas seu João, logo agora que o senhor está desassalariado? Por quê? Dentro de alguns meses terá de pagar a taxa inicial para permanecer em nosso quadro. Desprezar tudo isto? Quarenta anos de convívio? O senhor ainda está forte. Que acha?

A emoção impediu qualquer resposta.

João afastou-se. O lábio murcho se estendeu. A pele enrijeceu, ficou lisa. A estatura regrediu. A cabeça se fundiu ao corpo. As formas desumanizaram-se, planas, compactas. Nos lados, havia duas arestas. Tornou-se cinzento.

João transformou-se num arquivo de metal.

*GIUDICE, Victor. Os melhores Contos Brasileiros de 1973. Editora Globo, 1974.